

Rating

A+

Boa capacidade para honrar compromissos financeiros.

Risco muito baixo de *default*.

Data: 10/jun/2008

Sobre o Rating:**Perspectiva:** Estável**Observação:** -**Histórico:**

Jun/08: Atribuição: A-

Última Revisão: -**Data-base:****Validade:** 10/jun/2009**Analista responsável:**Alex Agostini
Tel.: 55 11 3377 0710
alex.agostini@austin.com.brAustin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 10 de junho de 2008, atribuiu o *rating* **A+** (“A” mais) de longo prazo, em escala nacional, ao Município de São Caetano do Sul. A perspectiva do *rating* é **estável**.

A atribuição do *rating* fundamenta-se na boa capacidade do Município em honrar seus compromissos financeiros, observando principalmente seu baixo nível de endividamento, geração de recorrentes superávits orçamentários e primários, importante participação na composição da economia do Estado (1,1% no PIB de 2005), ocupando a décima terceira posição no *ranking* estadual. Também contribuiu positivamente a maioria governista na Câmara dos Vereadores, o que favorece a aprovação de medidas encaminhadas pelo Executivo, bem como o cumprimento de todos os indicadores de desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal com ampla margem e adoção de programas para aumento da eficiência na arrecadação fiscal e maior controle dos custos operacionais.

Outros fatores avaliados que ampararam a avaliação foram: (i) baixo nível da relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), fato que mantém boa margem para endividamento com políticas voltadas ao desenvolvimento econômico da região; (ii) boa infra-estrutura básica, com o registro dos melhores índices em nível estadual e nacional, incluindo a primeira posição no IDH; (iii) proximidade com a capital, que permite usufruir da boa logística já instalada (aéreo, porto e rodoviário), fator que reduz a necessidade de realização de investimentos; (iv) modernização nos processos de arrecadação tributária, com desenvolvimento de programas eletrônicos e estímulos à utilização de serviços *on-line*, reduzindo o nível de sonegação, fator que eleva o nível de eficiência na gestão fiscal do Município, e sistema de compra via pregão eletrônico, reduzindo os custos da administração com preços de materiais e serviços licitados; e (v) bom nível de investimentos em relação a Receita Corrente Líquida, da ordem 16,3%.

PERSPECTIVA

Perspectiva **estável**. Essa perspectiva reflete a expectativa da Austin Rating de que o Município de São Caetano do Sul continue empenhando esforços em políticas administrativas, focadas não apenas no cumprimento dos indicadores fiscais contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também na elevação da eficiência da arrecadação fiscal e gastos correntes, com foco no contínuo aumento da arrecadação própria. Há também a necessidade de realizar políticas de investimentos focadas na melhoria das condições de infra-estrutura básica, mais precisamente o equacionamento de problemas com enchentes.

Dessa forma, a divulgação dos resultados do desempenho das finanças do Município ao longo de 2008, bem como a efetivação dos diversos programas de aumento da eficiência do sistema de arrecadação e investimentos focados no desenvolvimento do setor produtivo serão fatores determinantes para uma melhora ou deterioração do *rating*.

Fatores Positivos

- Cumprimento de todos os indicadores de desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive com ampla margem em relação aos limites determinados;
- Nível muito baixo dos passivos contingenciais (basicamente precatórios) em relação à receita total (0,5%);
- Vigoroso aumento das receitas tributárias nos últimos anos, resultou no aumento do índice de participação dos municípios para a divisão do ICMS;
- Baixo nível de endividamento apontado pela relação DCL/RCL (2007 = -7,57% contra limite de +120%), ou seja, o total dos ativos supera com folga os passivos;
- Recorrentes superávits primários e resultados orçamentários positivos;
- Despesas com pessoal abaixo do limite permitido e queda, na passagem de 2006 para 2007, de 40,14% para 37,86% (limite 60% da RCL), desonerando gradativamente a execução orçamentária;
- Continuidade no crescimento da participação do setor industrial observado nos últimos anos, além de sua diversificação;
- Boa representatividade na economia nacional, ocupando a 13ª posição, em termos de PIB, em nível estadual;
- Maioria da base governista na Câmara dos Vereadores;
- Desenvolvimento tecnológico dos mecanismos de divulgação de dados e informações sobre os serviços da prefeitura, bem como integração das áreas de administração, contabilidade, recursos humanos, obras, etc., que promovem o aumento da produtividade;
- Bons níveis de indicadores de investimentos em Saúde e Educação previstos na LRF;
- Adoção de programa para modernização da gestão administrativa e fiscal – foco na capacitação de técnicos e gestores municipais, além da implementação de ações e sistemas destinados ao controle da arrecadação fiscal;
- Boa infra-estrutura básica, com o registro dos melhores indicadores sociais como, por exemplo, tratamento de água e esgoto (100%), asfalto em 100% das vias, baixo índice de analfabetismo (2,7%); iluminação elétrica em 100%, além do melhor IDH do país;
- A proximidade com a capital paulista (apenas 11 km de distância), permite usufruir de boa infra-estrutura logística, estando perto dos principais aeroportos e portos do Estado e das principais rodovias de acesso ao Sul e Nordeste do país, facilitando o escoamento da produção local;
- Vigoroso crescimento do nível de investimentos (16,3% da RCL), inclusive mantendo média anual ao redor de 12,4% para o período 2001-2007, que é superior ao registrado em diversos municípios;
- Forte elevação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) nos últimos três anos em decorrência do avanço das receitas próprias, resultando na 10ª colocação do ranking de IPM do Estado.

Fatores negativos

- Participação das receitas de transferências correntes nas receitas totais (46,9%) superior à média observada em outros municípios, fator que denota relativa dependência de arrecadação;
- Necessidade de conclusão dos investimentos realizados nas áreas de enchentes localizadas em regiões estratégicas de escoamento da produção;
- Restrita disponibilidade de áreas livres para realização de investimentos na ampliação do setor produtivo.

1. ASPECTO SÓCIO-ECONÔMICO

O Município de São Caetano do Sul está situado na região metropolitana de São Paulo – principal centro econômico do país –, e está a 11 quilômetros da capital. Com população estimada pelo IBGE em 144.857 habitantes para o ano de 2007 (0,36% da população do Estado e apenas 0,08% do total do Brasil), sendo que sua população reside 100% na zona urbana, em uma área de 15,3Km², resultando em uma densidade populacional de 9,5 mil habitantes por quilômetro quadrado (razão entre o número de habitantes de um território e sua área).



No comparativo com as cidades que compõem a região conhecida como ABCD, que é formada por Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema, a cidade de São Caetano do Sul supera seus pares na maioria das variáveis econômicas e sociais, como observado no quadro a seguir.

CIDADE	PIB Total (em bilhões)	PIB per capita (em R\$)	População (em mil habit.)	Território em Km2	Habitantes por Km2	IDH - Ranking Base 2000
São Caetano	R\$ 8,0	R\$ 55.251,0	144,9	15,3	9,468	0,919 1º
Santo André	R\$ 11,4	R\$ 17.109,0	667,9	175,0	3,817	0,835 93º
São Bernardo	R\$ 19,4	R\$ 24.889,0	781,4	406,1	1,924	0,834 101º
Diadema	R\$ 7,3	R\$ 18.989,5	386,8	30,7	12,619	0,790 798º

Fontes: IBGE, PNUD

Elaboração: Austin Rating

A renda *per capita* do município de São Caetano do Sul aparece entre as cidades com maior valor do país ao registrar, em 2005, R\$ 55,3 mil, superando em duas vezes a renda observada em São Bernardo do Campo (R\$ 24,9 mil) e três vezes a renda apurada em Santo André (R\$ 17,1 mil).

São Caetano do Sul se destaca por apresentar os melhores indicadores sociais de todo o país, ocupando o 1º lugar no *ranking* dos municípios brasileiros pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade, entre outros fatores.

O IDH de São Caetano do Sul referente ao ano 2000 é de 0,919 sendo, portanto, seu nível de desenvolvimento considerado elevado, muito próximo ao observado em economias industrializadas chamadas de “primeiro mundo”. A forma de apuração do IDH é pela média ponderada entre indicadores de renda, longevidade e educação, e seu resultado varia numa escala de 0 (zero) a 1 (um), sendo que o maior índice atingido revela melhor situação.

O município também se destaca no IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), calculado pela Fundação Seade, ao ser classificado no grupo 1, o que significa que a cidade tem um elevado nível de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.

Em termos econômicos, o município de São Caetano do Sul ocupa a 13ª posição entre as 25 maiores economias do Estado de São Paulo, com um PIB calculado pelo IBGE em R\$ 8,0 bilhões para o ano de 2005, incluindo os impostos, conforme quadro a seguir, respondendo por 1,1% da economia do Estado, ficando atrás de São Bernardo do Campo (2,67%) que ocupa a 5ª posição e de Santo André (1,57%) 8ª maior economia.

25 MAIORES ECONOMIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2005 (1)

em milhões R\$

Ranking	Municípios	Valor Adicionado (VA)				Total	PIB (3)	PIB per Capita (4) (em reais)
		Agropecuária	Indústria	Serviços				
				Administração Pública	Total (2)			
-	ESTADO DE SÃO PAULO	11.265,0	193.980,7	51.848,7	406.723,7	611.969,4	727.052,8	17.977,3
1º	São Paulo	14,6	52.654,4	14.314,8	165.021,4	217.690,4	263.177,1	24.082,9
2º	Barueri	0,0	4.209,7	497,1	13.779,9	17.989,6	22.430,5	87.337,9
3º	Guarulhos	3,6	7.723,8	1.529,8	10.699,9	18.427,3	21.615,3	17.276,0
4º	Campinas	34,7	4.904,7	1.609,0	12.168,2	17.107,6	20.620,8	19.719,5
5º	São Bernardo do Campo	3,5	6.397,4	1.151,8	8.411,2	14.812,0	19.448,0	24.662,7
6º	Osasco	0,6	2.083,0	857,0	12.057,8	14.141,4	18.310,5	25.955,7
7º	São José dos Campos	17,4	7.686,9	921,7	6.615,2	14.319,5	17.090,2	28.481,3
8º	Santo André	1,0	3.710,8	784,1	5.831,7	9.543,4	11.427,0	17.065,6
9º	Jundiaí	20,3	3.091,6	496,4	5.384,9	8.496,8	10.185,1	29.540,9
10º	Ribeirão Preto	35,3	1.668,1	719,3	7.199,0	8.902,5	10.095,6	18.311,9
11º	Sorocaba	5,9	2.661,3	678,4	4.973,7	7.640,9	9.186,2	16.253,6
12º	Santos	2,7	1.660,8	666,3	6.072,4	7.735,9	8.765,5	20.954,3
13º	São Caetano do Sul	0,0	2.789,2	316,9	3.215,0	6.004,3	8.003,5	59.596,3
14º	Diadema	0,3	2.984,7	470,2	3.193,2	6.178,2	7.344,6	18.856,3
15º	Paulínia	8,5	2.026,0	256,7	3.315,6	5.350,1	6.416,5	106.081,9
16º	Piracicaba	68,2	1.853,2	450,9	2.996,1	4.917,5	5.761,8	15.971,1
17º	Cubatão	0,1	3.002,2	307,5	1.467,2	4.469,5	5.372,4	45.120,1
18º	São José do Rio Preto	15,6	698,1	458,6	3.966,9	4.680,6	5.231,7	12.859,9
19º	Mauá	0,5	1.893,2	449,8	2.194,1	4.087,8	4.861,3	11.966,4
20º	Sumaré	8,1	1.863,8	299,8	1.782,0	3.654,0	4.832,4	20.862,9
21º	Taubaté	16,4	1.794,3	343,2	1.928,9	3.739,5	4.618,5	17.267,3
22º	Mogi das Cruzes	62,1	1.484,4	426,3	2.290,9	3.837,3	4.425,5	12.091,8
23º	Americana	3,7	1.765,3	302,8	1.920,3	3.689,2	4.318,7	21.528,4
24º	Suzano	7,3	2.083,4	321,1	1.539,4	3.630,1	4.289,6	15.744,3
25º	Limeira	81,1	1.531,8	298,5	2.061,6	3.674,4	4.171,2	15.173,2

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Elaboração: Austin Rating

(1) Dados sujeitos a revisão.

(2) Inclui o VA da Administração Pública.

(3) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total.

(4) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1.1. Diferencial competitivo

São Caetano do Sul apresenta uma economia muito dinâmica. Nas últimas duas décadas, a economia passa por mudanças importantes em sua estrutura. Até meados da década de 1990, o setor industrial tinha participação maior na economia, principalmente pela proximidade com São Bernardo do Campo, que é considerado o “berço” da indústria automobilística do Estado. Porém, ao longo da segunda metade da década de 1990, houve significativo e importante avanço do setor de serviços.

O setor de serviços acelerou seu ritmo de crescimento no início da década de 2000, em ritmo maior que o setor industrial, e hoje responde por uma parcela maior do valor adicionado (PIB) do município, com 53,5% contra 46,5% da indústria. Vale destacar que recentemente o setor industrial apurou forte crescimento, pois a diferença entre os dois setores era maior em 2002: o setor de serviços representava 66% do PIB, enquanto o setor industrial representava apenas 34%.

Esse resultado se deve, em parte, pela boa diversificação da indústria, que conta com mais de 790 empresas de variados segmentos, com destaque para: metalurgia, autopeças, mecânica, construção civil, etc. Há também mais de 5,3 mil estabelecimentos comerciais e 23,0 mil prestadores de serviços, totalizando aproximadamente 30 mil empresas estabelecidas no município.

SÃO CAETANO DO SUL: PIB E VALOR ADICIONADO

em milhões R\$, a preços correntes

ANO	Valor Adicionado (VA)				Total	PIB (3)	PIB per Capita (4) (em reais)
	Agropecuária	Indústria	Serviços				
			Administração Pública	Total (2)			
2002	0,0	973,0	228,2	1.910,7	2.883,7	4.140,1	30.116,1
2003	0,0	1.228,8	255,4	2.152,1	3.380,9	4.984,4	36.538,9
2004	0,0	1.847,4	264,4	2.498,7	4.346,1	6.060,7	44.775,6
2005	0,0	2.789,2	316,9	3.215,0	6.004,3	8.003,5	59.596,3

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Elaboração: Austin Rating

(1) Dados sujeitos a revisão.

(2) Inclui o VA da Administração Pública.

(3) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total.

(4) O PIB per Capita foi calculado utilizando a população estimada pelo IBGE.

1.2. Comércio exterior

São Caetano do Sul é a 21ª maior cidade em exportações no ranking estadual e 64º no ranking nacional. O comércio exterior de São Caetano do Sul encerrou o ano de 2007 com superávit de US\$ 340,7 milhões, fruto de exportações de US\$ 554,3 milhões e importações de US\$ 213,6 milhões. As exportações de São Caetano do Sul responderam por 0,99% das exportações brasileiras em 2007 ante 0,65% em 2006, já nas importações a fatia foi de 0,44% em 2007 e 0,43% em 2006.

Os produtos que mais contribuíram para as exportações do município foram os bens de consumo duráveis, representando 45,7%, seguido pelo segmento de Bens intermediários com 38,8%. Entre os produtos mais exportados, estão os automóveis com motor de explosão até 6 passageiros, que responderam por 45,5% das exportações totais do município em 2007 e 37,3% em 2006, um vigoroso crescimento de 107,6% no valor exportado desses produtos. O setor de autopeças e segmentos relacionados ao setor automotivo, que totalizam aproximadamente 30 categorias de produtos, representou 79,8% da pauta de exportação do município em 2007 e de

68,1% em 2006, registrando um forte crescimento de 99,8%, em termos de valores exportados.

Considerando as exportações do município para os principais países, a Argentina é o país que mais importou produtos de São Caetano do Sul, respondendo por 68,5% das exportações em 2007, ou US\$ 379,8 milhões, ligeiro recuo em relação ao que foi exportado em 2006, de 71,2% ou US\$ 231,4 milhões.

O México ficou em segundo lugar, com 8%, uma diferença expressiva em relação a Argentina. Tanto o México quanto a Argentina tiveram suas participações reduzidas na pauta de exportações do município, em contrapartida, países da Europa aumentaram sua participação, como foi o caso da Polônia (2006 = 0% e 2007 = 4,3%) e da Alemanha (2006 = 0,9% e 2007 = 2,3%).

No agregado das exportações de São Caetano do Sul para os blocos econômicos, o Mercosul é o principal com US\$ 390,9 milhões em 2007, ou 70,5% da pauta, contra US\$ 236,7 milhões em 2006, ou 72,8% da pauta de exportações. A ALADI (exclusive Mercosul) ficou em segundo lugar com US\$ 92 milhões e participação de 16,6% em 2007, em terceiro ficou a União Européia com US\$ 38 milhões e participação de 6,8% e em quarto os Estados Unidos com US\$ 26,2 milhões e participação de 4,7%.

As importações realizadas pelo Município em 2007 somaram US\$ 213,6 milhões contra US\$ 159,3 milhões em 2006, um crescimento de 34,1%. Entre os principais produtos importados pelo município há significativa participação dos produtos relacionados ao setor automotivo, com destaque para autopeças, que somaram US\$ 120,1 milhões em 2007, respondendo por 56,2% do total importado, apurando um crescimento da ordem de 44,8%, na mesma base de comparação.

Entre os países que o município destinou suas exportações em 2007, o destaca-se a Alemanha com US\$ 63,2 milhões, representando 29,6% da pauta, seguida por Argentina com US\$ 37,5 milhões e participação de 17,5% e em terceiro os Estados Unidos com US\$ 30,7 milhões e participação de 14,4%. Houve recuo da participação da Argentina nas importações de São Caetano na comparação com 2006, porém, houve acréscimo por parte da Alemanha e dos EUA.

Entre os principais blocos econômicos que exportaram para São Caetano do Sul, a União Européia destacou-se com US\$ 104,3 milhões e participação de 48,8% da pauta, seguido pelo Mercosul com US\$ 37,8 milhões e participação de 17,7% e pela Ásia e EUA com um empate técnico US\$ 30,8 e US\$ 30,7, respectivamente.

1.3. Infra-estrutura

Pela proximidade com a capital paulista (distância de 11 km), o município de São Caetano do Sul se beneficia de uma das melhores infra-estruturas logísticas do país, com boa localização geográfica e servida por diversos meios de distribuição da produção, em especial para algumas das principais rodovias do país (Imigrantes, Anchieta, Dutra, Ayrton Senna e Fernão Dias) e portos como Santos e São Sebastião, que estão aproximadamente a 77 quilômetros de distância. A rodovia federal Dutra faz ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto a Fernão Dias permite o acesso a Minas Gerais e a rodovia estadual Ayrton Senna liga ao Vale do Paraíba.

A cidade também se beneficia pela proximidade com o aeroporto de Congonhas, que fica a 9 quilômetros de distância, bem como do principal aeroporto internacional (Cumbica) em Guarulhos, que está a 23 quilômetros. O processo de exportação ocorre através do aeroporto internacional de Cumbica e tem processo rápido. A liberação leva menos de 48 horas para ser expedida e a oferta diária de vôos chega a 500 pousos e decolagens. O aeroporto de Cumbica está localizado a 100 km do Porto de Santos e a 200 km de Campinas, o que o transforma numa boa alternativa para exportação da produção.

1.4. Educação e Saúde

O Município mantém nível de escolaridade acima dos observados no Estado de São Paulo e no Brasil, com 97,2% da população alfabetizada. Como destacado anteriormente, a classificação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,919, o que o coloca na 1ª posição entre todos os municípios da federação. Tal colocação demonstra que São Caetano do Sul tem baixo nível de necessidade de melhorar os indicadores de renda, educação e longevidade, segundo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Os indicadores de infra-estrutura básica também revelam que há plena satisfação de investimentos nas residências, sendo que abastecimento de água, coleta de lixo, tratamento de esgoto sanitário e fornecimento de energia elétrica atinge 100% do município, fato exclusivo no País, registrando níveis superiores aos observados no Estado.

Hoje, um dos problemas enfrentados pelo município está relacionado às enchentes nas proximidades do Rio dos Meninos, que precisa dar vazão ao fluxo de água advindo do Rio Tamanduateí. Porém, a prefeitura já trabalha em obras para eliminar esse problema localizado.

Vale lembrar que está previsto o investimento de R\$ 9,7 milhões em projeto com recursos do PAC. Há projetos habitacionais em andamento, por meio de parceria da Prefeitura com a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), serão construídas casas populares no Bairro Prosperidade. De acordo com a assessoria de imprensa da Prefeitura, o projeto aguarda desapropriações para início das obras. Em virtude da pequena extensão territorial (15 km²), há carência de áreas livres na cidade para a realização de outros projetos.

O atual quadro da infra-estrutura básica permite o município concentrar seus esforços em projetos de investimentos na capacitação de mão-de-obra e desenvolvimento do setor produtivo que, no médio e longo prazo, desenvolvem a região. Tal situação contribui favoravelmente no processo de atribuição do *rating*, pois a realização desses investimentos eleva o potencial de crescimento do município no longo prazo e, portanto, sua capacidade de pagamento.

INDICADORES SOCIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

SETOR	INDICADOR	SÃO CAETANO DO SUL		ESTADO DE SÃO PAULO		BRASIL	
		Quantidade	Part.%/ Total	Quantidade	Part.%/ Total	Quantidade	Part.%/ Total
POPULAÇÃO	População residente (1º julho)	144.857	-	40.441.565	-	180.921.139	-
	Habitantes por domicílio	3,3	-	3,3	-	3,5	-
	Natalidade infantil (por mil)	12,51	-	16,6	-	20,4	-
	Mortalidade infantil (por mil)	10,5	-	16,5	-	25,8	-
INFRA-ESTRUTURA	Total de domicílios permanentes	43.393	-	12.207.114	-	52.280.968	-
	abastecimento de água	43.393	100,0%	12.108.945	99,2%	47.778.877	91,4%
	Esgoto sanitário	43.393	100,0%	12.169.241	99,7%	50.248.644	96,1%
	Iluminação elétrica	43.393	100,0%	12.175.412	99,7%	51.559.283	98,6%
	Telefone	42.091	97,0%	10.382.052	85,0%	37.973.938	72,6%
	Coleta de lixo	43.393	100,0%	11.488.644	94,1%	41.787.758	79,9%
EDUCAÇÃO	Taxa de analfabetismo	-	2,8%	-	5,4%	-	10,9%
	População Alfabetizada	140.801	97,2%	34.328.468	84,9%	152.740.402	84,4%
	Sem instrução e menos de 1 ano	4.809	0,6%	2.219.208	6,5%	16.544.614	10,8%
	1 a 3 anos de estudo	11.270	1,3%	3.444.420	10,0%	21.491.304	14,1%
	4 a 7 anos de estudo	38.994	4,5%	10.162.631	29,6%	47.646.385	31,2%
	8 a 10 anos de estudo	25.862	3,0%	6.264.192	18,2%	25.045.868	16,4%
	11 a 14 anos de estudo	38.955	4,5%	9.379.865	27,3%	33.025.959	21,6%
15 anos ou mais de estudo	20.910	2,4%	2.778.272	8,1%	8.576.360	5,6%	
SAÚDE	Estabelecimentos de Saúde	118	-	10.939	-	77.004	-
	Públicos (*)	18	15,3%	5.054	46,2%	45.089	58,6%
	Privados	100	84,7%	5.885	53,8%	31.915	41,4%

Fontes: IBGE e SEADE

Elaboração: Austin Rating

(*) Os estabelecimentos de saúde são apenas municipais, não há estabelecimentos administrados pelo Estado e pelo governo Federal.

2. RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

2.1. Sistema de governo

O sistema de governo usado no Brasil é o presidencialismo. O nível de poder mais alto é o do presidente, seguido pelo vice-presidente, ministros, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O sistema presidencialista é regido pela Constituição da República Federativa do Brasil e considerado um dos mais modernos regimes de governo, onde a democracia (direito de todo cidadão participar, criticar e dar sugestões) é amplamente divulgada.

O atual prefeito, José Auricchio Júnior integra a legenda do Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB). Está à frente da prefeitura de São Caetano do Sul pelo primeiro mandato e concorre à reeleição este ano (foi eleito prefeito em 2004, com 46,4% dos votos válidos - 43.988 votos nominais). Segundo a Secretaria de Comunicação da prefeitura não há quaisquer questionamentos legais contra o gestor junto aos órgãos competentes.

A câmara municipal é composta por 11 vereadores eleitos para cargos de quatro anos e a maioria é da base governista (são 9 vereadores da base aliada e 2 da oposição), o que é favorável, visto que restringe significativamente as chances de reprovação dos projetos encaminhados pelo Poder Executivo Municipal.

3. CONTAS PÚBLICAS

3.1. Servidores públicos municipais

O quadro de servidores públicos de São Caetano do Sul, relacionados à Administração Direta e Indireta, encerrou 2007 com 4.351 servidores (ativos e inativos), apurando crescimento de 1,3% sobre o total de 2006 (4.296 servidores).

O quadro de servidores apresentou tendência de alta entre 2003 e 2006, porém, em 2007 houve forte desaceleração no ritmo de crescimento (1,3%). Na média anual (2005-2007), o quadro de servidores cresceu 6,2%, portanto, considerado um nível médio na comparação com outros municípios.

O recente desempenho do quadro de servidores está em linha com os indicadores de gastos com pessoal e encargos sociais, conforme determinação da LRF, que prevê limite máximo de 60% da RCL e apurou 37,86% em 2007 contra 40,14% em 2006, também acompanhando a tendência de redução e contribuindo para a redução no comprometimento do orçamento público.

QUADRO DE SERVIDORES PREFEITURA DE SÃO CAETANO DO SUL - ADM. DIRETA E INDIRETA						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ativos e Inativos	3.374	3.405	3.641	3.890	4.296	4.351
Var.% ano	-	0,9%	6,9%	6,8%	10,4%	1,3%

Fonte: Prefeitura de São Caetano do Sul Elaboração: Austin Rating

3.2. Orçamento municipal de 2008

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do município prevê receita e fixa despesas para o exercício de 2008 no valor de R\$ 669,6 milhões, registrando crescimento nominal de 22,1% em relação a 2007 (R\$ 548,6 milhões).

As receitas correntes respondem por 96,3% do orçamento (já incluindo as deduções), sendo que as receitas tributárias representam 32,1%, enquanto as transferências correntes (FPM, ICMS, IPVA, etc.) representam 47,5%, revelando nível médio de dependência do município com relação aos recursos transferidos pelo Estado e União.

O destaque positivo foi o forte avanço registrado pelo Índice de Participação dos Municípios, na passagem de 2005 para 2006, para efeito de cálculo da cota parte do ICMS, visto que a realização dos repasses tem como ano base dois anos de defasagem.

O índice de 2006 é de 1,373 contra 1,199 em 2005, fato que reflete positivamente no processo de atribuição do *rating*, em decorrência do maior recebimento de recursos. O aumento do índice de participação decorreu do maior vigor na fiscalização por parte da prefeitura que, por sua vez, resultou em aumento significativo das receitas tributárias, com alta de 13,9% sobre 2006, com destaque para o IPTU, que anotou crescimento de 82% na arrecadação.

MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL
QUADRO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO
- ORÇAMENTO 2008 -

RECEITAS	R\$ milhões	Part. %	DESPESAS	R\$ milhões	Part. %
1. Receitas Correntes	691,7	103,3%	Legislativa	25,8	3,8%
Receitas Tributárias	215,2	32,1%	Administração	115,5	17,2%
Receita de Contribuições	4,1	0,6%	Defesa Nacional	0,1	0,0%
Receita Patrimonial	10,2	1,5%	Segurança Pública	8,2	1,2%
Receita de Serviços	109,5	16,4%	Assistência Social	18,1	2,7%
Transferências Correntes	318,4	47,5%	Saúde	119,5	17,8%
Outras Receitas Correntes	34,3	5,1%	Educação	184,8	27,6%
2. Receitas de Capital	24,9	3,7%	Cultura	17,8	2,7%
Operações de Crédito	8,7	1,3%	Urbanismo	95,8	14,3%
Alienação de Bens	0,0	0,0%	Saneamento	64,7	9,7%
Transferências de Capital	10,0	1,5%	Gestão ambiental	0,9	0,1%
Outras Receitas de Capital	6,2	0,9%	Desporto e Lazer	7,5	1,1%
3. Deduções da Receita	(46,9)	-7,0%	Encargos Especiais	9,3	1,4%
			Reserva de Contingência	1,7	0,3%
TOTAL RECEITAS	669,642	100,0%	TOTAL DESPESAS	669,642	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças - LOA

Elaboração: Austin Rating

3.3. Capacidade de arrecadação

O Município possui nível médio de autonomia quanto à sua capacidade de arrecadação, uma vez que mais de 47,5% das receitas do município, no orçamento de 2008, se referem às transferências correntes oriundas do Estado e da União. As principais fontes próprias de arrecadação são o ISSQN e o IPTU, que juntos representam 69,6% do total das receitas tributárias e 22,2% da receita total.

As transferências correntes de maior expressão são as provenientes do Estado. Em 2007, o município recebeu em transferências a cifra de R\$ 29,0 milhões contra R\$ 23,3 milhões em 2006, crescimento de 28,3%, e há expectativa de que esse volume cresça devido exatamente ao aumento do Índice de Participação dos Municípios (IPM), que de acordo com o artigo 158, parágrafo único, da Constituição Federal, 75% da QPM-ICMS devem ser repartidos na proporção do valor adicionado de cada município e o restante (25%) é dividido conforme os critérios adotados em cada estado.

O município tem trabalhado em ações para ampliar sua eficiência na gestão de gastos. A principal ação foi adotar o sistema de Pregão Eletrônico em março deste ano e que já foi possível constatar uma redução de 35% na média dos preços dos materiais e serviços licitados e contratados (vide item 6. Inovação tecnológica).

É importante destacar que a definição da transferência de recursos do ICMS arrecadado pelo Estado para os municípios é realizada conforme os coeficientes determinados para cada cidade e um dos pontos determinantes é o tamanho do PIB do município que, nesse caso, é favorável a São Caetano do Sul.

O índice é calculado a partir das seguintes variáveis e pesos:

I – 76% com base na relação percentual entre o valor adicionado em cada município e o valor total do Estado nos dois exercícios anteriores ao da apuração;

II – 13% com base no percentual entre a população de cada município e a população total do Estado, de acordo com o último recenseamento geral, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

III – 5% com base no percentual entre o valor da receita tributária própria de cada município e a soma da receita tributária própria de todos os municípios paulistas;

IV – 3% com base no percentual entre a área cultivada de cada município, no ano anterior ao da apuração, e a área cultivada total do Estado levantada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

V – 0,5% com base no percentual entre a área total, no Estado, dos reservatórios de água destinados à geração de energia elétrica e a área desses reservatórios no município, existentes no exercício anterior, levantadas pela Secretaria de Energia;

VI – 0,5% em função de espaços territoriais especialmente protegidos existentes em cada município e no Estado, observados os critérios estabelecidos na Lei;

VII – 2% com base no resultado da divisão do valor correspondente a esse percentual pelo número de municípios do Estado existentes em 31 de dezembro do ano anterior ao da apuração.

Nesse sentido, vale destacar, uma vez mais, que o PIB do município responde por 1,1% do PIB do Estado, o que o coloca em décimo lugar no ranking estadual do IPM. Também merece destaque o fato de que em 2006, o IPM de São Caetano do Sul apresentou forte alta (de 1,2% para 1,37%) resultando no aumento das Transferências em 2008, e também deve representar um valor adicional na receita realizada em relação ao previsto no orçamento deste ano. A expectativa é de que o índice volte a crescer nos anos seguintes, de acordo com a arrecadação estadual de ICMS, o que já pode ser verificado nos exercícios de 2006 e 2007.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Resultado orçamentário

Em 2007, o Município de São Caetano do Sul obteve R\$ 615,3 milhões em Receitas Totais, apurando crescimento de 22,5% sobre o resultado de 2006, sendo complementadas por R\$ 599,3 milhões de Receitas Correntes e de R\$ 16,0 milhões em Receitas de Capital. As Despesas Correntes, por sua vez, atingiram R\$ 598,9 milhões, com Despesas Correntes de R\$ 506,7 milhões e Despesas de Capital da ordem de R\$ 92,1 milhões.

Com os resultados de Receitas e Despesas supracitados, houve registro de superávit orçamentário da ordem de R\$ 16,47 milhões, saldo inferior ao apurado em 2006, quando a cifra foi de R\$ 25,9 milhões, queda de 36,4%, reforçando a tese de um consistente equilíbrio fiscal.

As Receitas Totais cresceram ligeiramente abaixo do nível de crescimento observado nas Despesas Totais. Enquanto as receitas cresceram 22,5% na passagem do exercício de 2006 para 2007, as despesas cresceram 25,7%. Na comparação entre as Receitas Correntes e Despesas Correntes, o resultado foi inverso, pois as receitas cresceram 20% contra 19% das despesas correntes. Ou seja, o ligeiro desequilíbrio no ritmo de crescimento das receitas totais e despesas totais concentrou-se nas Despesas de Capital, que anotaram forte aumento do volume de investimentos, da ordem de 90% em relação a 2006.

As Despesas de Capital avançaram 82,0% em 2007 e atingiram a cifra de R\$ 92,1 milhões, contra R\$ 50,6 milhões apurados em 2006. Nesse caso, houve tanto o registro de crescimento vigoroso dos investimentos, como citado anteriormente, quanto da Amortização da Dívida, que apresentou alta de 14,6% sobre 2006 e somou R\$ 6,6 milhões.

As Despesas Correntes, por sua vez, que cresceram 19,0% em relação a 2006, tiveram como destaque o aumento da rubrica Pessoal e Encargos Sociais com 18,3% e Outras Despesas Correntes com 20,2%, visto que a rubrica Juros e Encargos da Dívida apresentou queda de 57,9% em relação ao valor de 2006 (R\$ 1,3 milhão).

No grupo das despesas realizadas pelo Município, o empenho de recursos com pessoal e encargos sociais representou 37,86% em proporção da Receita Corrente Líquida em 2007, revelando importante recuo em relação a 2006 (40,14%), invertendo a seqüência de alta registrada desde 2002, quando a despesa com pessoal era 36,09%.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL
RECEITA E DESPESA

valores a preços correntes (R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
RECEITAS TOTAL	298.506,3	310.852,7	353.516,1	411.820,8	454.839,3	502.354,5	615.335,6
RECEITAS CORRENTES	298.492,7	308.311,5	351.343,5	393.310,1	445.785,5	499.454,8	599.285,6
RECEITA TRIBUTÁRIA	72.119,1	90.828,5	123.474,9	145.503,3	162.542,5	172.334,7	196.299,8
IMPOSTOS	53.138,7	68.262,1	97.571,8	107.970,8	122.538,7	131.847,6	163.986,2
IPTU	13.879,7	18.136,2	22.054,1	15.548,3	18.916,5	20.896,1	37.993,7
ISSQN	34.781,8	34.780,5	59.065,3	76.020,9	84.024,7	87.699,3	98.706,6
ITBI	4.477,3	6.376,7	5.489,4	5.070,6	6.590,3	6.596,2	7.714,8
IRRF	0,0	8.968,7	10.962,9	11.331,0	13.007,2	16.656,0	19.571,0
TAXAS	18.980,4	22.566,4	25.903,1	37.532,6	40.003,7	40.487,1	32.313,6
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.926,2	3.272,1	3.557,1	3.699,5	2.573,1	1.185,0	3.739,5
RECEITA PATRIMONIAL	6.623,6	9.318,0	14.350,6	9.869,5	14.836,8	13.164,0	10.710,3
RECEITA DE SERVIÇOS	53.917,7	64.074,0	76.400,8	88.188,8	91.580,7	94.863,6	100.409,2
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	154.501,8	126.957,3	134.385,3	150.245,2	176.469,5	208.869,2	288.643,0
(-) CONTAS REDUTORAS (COTA-PARTE ICMS, FPM, IPI Exp)	0,0	-14.020,0	-14.825,7	-16.836,5	-19.515,7	-23.746,3	-36.760,3
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.404,3	27.881,7	14.000,4	12.640,2	17.298,5	32.784,5	36.244,0
RECEITAS DE CAPITAL	13,7	2.541,2	2.172,6	18.510,8	9.053,8	2.899,7	16.050,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.349,7
ALIENAÇÃO DE BENS	0,0	0,0	64,1	3.737,4	15,1	61,6	364,6
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	13,7	7,2	20,4	14,5	3,3	0,0	184,5
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,0	2.534,0	453,1	14.758,7	0,0	1.550,3	0,0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,0	0,0	1.635,1	0,1	9.035,5	1.287,8	14.151,2
DESPESAS TOTAL	277.729,4	291.222,5	341.061,3	399.091,4	420.510,2	476.460,0	598.864,0
DESPESAS CORRENTES	252.855,9	243.446,6	276.078,9	329.368,0	353.416,1	425.819,4	506.714,9
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	113.463,7	131.170,1	143.012,2	157.104,9	176.500,2	214.566,3	253.889,9
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.685,9	1.571,4	1.045,5	972,5	965,5	1.305,6	550,0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	136.706,4	110.705,0	132.021,2	171.290,6	175.950,4	209.947,6	252.275,0
DESPESAS DE CAPITAL	24.873,5	47.776,0	64.982,4	69.723,4	67.094,1	50.640,5	92.149,0
INVESTIMENTOS	17.451,9	24.595,0	51.752,4	61.339,2	59.121,5	44.911,7	85.583,5
INVERSÕES FINANCEIRAS	79,2	0,0	4.627,9	9,0	0,0	0,0	0,0
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	7.341,9	22.520,6	8.602,0	8.375,3	7.972,6	5.728,9	6.565,5
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,6	660,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita - Despesa)	20.776,9	19.630,2	12.454,8	12.729,4	34.329,1	25.894,5	16.471,6
SUPERÁVIT/DÉFICIT (em % da Receita Total)	7,0%	6,3%	3,5%	3,1%	7,5%	5,2%	2,7%

Fonte: Secretaria de Finanças de São Caetano do Sul

Elaboração: Austin Rating

4.2. Resultado primário e evolução dos indicadores fiscais

A execução orçamentária de 2007 encerrou o ano com superávit primário de R\$ 11,7 milhões. O resultado primário apresentou queda de 68,4% em relação a 2006, quando foram apurados R\$ 36,9 milhões, portanto, invertendo a tendência de alta observada desde 2004, refletindo tanto uma taxa de crescimento menor das receitas fiscais quanto por uma taxa de crescimento maior das despesas fiscais em relação ao ano anterior.

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO

R\$ milhões

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
I. RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS	274.425,0	303.510,0	339.969,4	402.102,4	440.204,4	502.622,3	603.407,8
II. DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS	254.535,5	267.130,5	331.400,7	389.743,7	411.572,1	465.745,5	591.748,4
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	19.889,5	36.379,5	8.568,7	12.358,7	28.632,3	36.876,8	11.659,4

Fonte: Secretaria de Finanças de São Caetano do Sul

Elaboração: Austin Rating

5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, obrigando o gestor a agir com transparência e de forma planejada, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas e o controle como premissas básicas.

O Art. 42 da LRF reforça o rigor na gestão fiscal: “É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”.

RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LRF	
<p>Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO Esses relatórios são de responsabilidade do Poder Executivo e devem ser publicados a cada dois meses.</p>	<p>Relatório de Gestão Fiscal – RGF Esses relatórios são de responsabilidade de cada Poder e órgão (Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público) e devem ser publicados a cada quatro meses.</p>
Tipo de Despesa	Limite
Pessoal e Encargos Sociais	<p>Despesa total com pessoal do Poder Executivo em relação à RCL Limite Prudencial: até 51,30% da RCL Limite Máximo: até 54,00% da RCL</p>
Pessoal e Encargos Sociais	<p>Despesa total com pessoal Consolidado em relação à RCL Limite Prudencial: até 57,0% da RCL Limite Máximo: até 60,0% da RCL</p>
Dívida Consolidada Líquida	120 % da RCL
Operações de Crédito	<p>Operações de Crédito Internas e Externas: 16,0% da RCL Operações de Crédito por Antecipação da Receita: 7,0% da RCL</p>

5.1. Indicadores de desempenho da LRF

Desde a promulgação da LRF, em maio de 2000, os Municípios são obrigados a publicar os relatórios de acompanhamentos das despesas e receitas como, por exemplo, o Relatório de Gestão Fiscal, para dar maior transparência e solidez ao processo de ajuste fiscal dos entes públicos.

De forma a melhorar os mecanismos de transparência, a Prefeitura de São Caetano do Sul disponibiliza os relatórios determinados pela LRF em seu portal da internet. Porém, é possível obter apenas o último período disponível de cada relatório, não sendo possível obter de forma rápida o histórico dos relatórios desde a adoção da LRF, em 2000, o que dificulta uma avaliação mais consistente sobre o desempenho das contas fiscais nos últimos anos.

O município tem cumprido com folga todas as metas previstas pela LRF, apesar dos ajustes nas vinculações constitucionais à Saúde no primeiro e segundo ano, quando a Lei entrou em vigor, conforme Resolução 322/CNS de 08/mai/2003.

No quadro de desempenho dos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal do município de São Caetano do Sul, o limite da relação DCL sobre RCL de 120% (ou inferior) é respeitado em todos os anos de 2001 a 2007 e manteve-se muito abaixo dos limites máximos estipulados pela LRF.

Em 2007, o município apresentou uma relação negativa de 7,57%, ou seja, os ativos foram superiores aos passivos.

Na análise do desempenho entre 2001 e 2007, utilizando a média anual como parâmetro, a relação DCL/RCI foi de 2,9%.

Este fato revela que ainda há capacidade de endividamento sem comprometimento do equilíbrio fiscal, podendo, portanto, direcionar gastos para investimentos com o objetivo de desenvolver a economia local como, por exemplo, infra-estrutura ao setor produtivo.

O ritmo de amortização da dívida foi reduzido nos últimos anos, refletindo o menor estoque do passivo, e está em linha com as necessidades para o controle e possível equacionamento da dívida, uma vez que esta permanece estável ao longo dos últimos exercícios.

O município tem situação de adimplente junto ao INSS e FGTS, que emitem certidões de regularidade importantes para a aquisição de financiamentos, o êxito obtido se estende aos demais dispositivos determinados pela LRF, fator que reforça a capacidade municipal de cumprimento de objetivos referentes ao seu equilíbrio fiscal.

O município também cumpriu os limites das Vinculações Constitucionais para as áreas da Educação e da Saúde, com destaque para a última, que apresentou gastos de 19,74% da RCL em 2007, enquanto o mínimo a ser aplicado é 15%. Quanto à área de Educação, o município aplicou 27,22% da RCL, enquanto o limite mínimo é de 25%.

É importante destacar que os investimentos nessas duas áreas (Educação e Saúde) garantem um crescimento mais robusto e um desenvolvimento com maior qualidade no longo prazo, garantindo à região melhores condições para a gestão das finanças públicas.

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais, por sua vez, é um dos mais importantes indicadores de desempenho da LRF. Os números sobre São Caetano do Sul revelam que o município tem sido austero ao cumprir não apenas o limite de 60%, mas manter um nível de folga significativo. Em 2007, os gastos com pessoal consolidado alcançaram 37,86% da RCL e registraram o menor nível desde 2004.

INDICADORES DE DESEMPENHO DA L.R.F.

INDICADORES	LIMITES	Valores em % da RCL							
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Pessoal e Encargos sociais/Consolidado	< ou = 60% da RCL	41,40%	36,09%	36,18%	38,34%	38,35%	40,14%	37,86%	
Pessoal e Encargos sociais/Poder Executivo	< ou = 54% da RCL	32,82%	28,22%	25,24%	25,19%	26,69%	27,60%	25,96%	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	< ou = 120% da RCL	19,94%	6,76%	2,38%	-0,04%	-7,03%	5,63%	-7,57%	
Operações de Crédito Interna/Externa	< ou = 16% da RCL	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,22%	
Vinculações Constitucionais - Educação	> ou = 25%	26,93%	26,73%	26,42%	26,60%	25,92%	25,55%	27,22%	
Vinculações Constitucionais - Saúde (1)	> ou = 15%	10,53%	13,05%	15,07%	20,14%	17,97%	20,80%	19,74%	
Investimento	% da RCL	6,85%	9,07%	15,44%	16,25%	13,32%	9,68%	16,33%	
Receita Corrente Líquida (RCL) - em R\$ Milhões		278,2	318,8	362,6	406,5	460,6	518,2	627,1	

Fonte: Secretaria de Finanças, SIOPS-SCS e Ministério da Fazenda

Elaboração: Austin Rating

(1) Percentual mínimo da despesa própria com saúde / Receita líquida de impostos, conforme Resolução 322/CNS de 08/05/2003.

6. INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO

A Prefeitura de São Caetano do Sul tem procurado facilitar as relações com investidores potenciais no município, bem como com a população. Para tanto, a gestão pública tem desenvolvido vários projetos que procuram elevar o nível de eficiência da gestão como, por exemplo, o programa Atende Fácil, que visa amparar o cidadão quanto aos serviços prestados pela prefeitura e o Estado.

Com foco no investidor, a prefeitura desenvolveu o projeto Atende Fácil Empresa, concluído em junho, e que visa assegurar maior transparência e desburocratização dos processos de abertura e manutenção de empresas no município, bem como fornecimento de cadastro para serviços de crédito em parcerias com outras entidades.

A disponibilidade de ferramentas que facilitam o acesso e relacionamento entre o gestor público, investidores e o

cidadão aumenta o nível de confiança e transparência, bem como a agilidade de caracterização e o cumprimento de demandas do município.

É desejável que o município invista na atualização e ampliação de sua base de dados, realizando um levantamento (ex.: aerofotogramétrico) que poderá contribuir para o aumento da arrecadação de tributos como IPTU e ao ISSQN, em virtude da identificação de economias omissas no cadastro fiscal.

PRINCIPAIS PROJETOS CONCLUÍDOS OU EM FASE DE CONCLUSÃO:

Implantação do Atende Fácil: Central de Atendimento ao Cidadão, que concentra todo o atendimento ao município quanto aos serviços prestados pelas prefeituras, incluindo também serviços de esferas estaduais.

Fase do Projeto: Concluído

Entrega: Junho/2008

Implantação do Atende Fácil Empresa: Unidade voltada à desburocratização dos processos de abertura e manutenção de empresas do município, fornecendo desde o cadastramento inicial até serviço de crédito (em parcerias com outras entidades)

Fase do Projeto: Concluído

Entregue: Junho/2008

Implantação de Sistema de Gestão Integrado (ERP): Áreas Administrativa, Financeira, Contábil, Compras/Materiais (incluindo Pregão Eletrônico), Recursos Humanos, Jurídico, Educação e Saúde.

Fase do Projeto: Implantação

Entrega: Julho/2008

Implantação de sistema e metodologia de gestão ISSQN.

Fase do Projeto: Concluído

Entrega: Jan/2005

Implantação de Pregão Eletrônico

Fase do Projeto: Concluído

Entrega: Março/2008

Implantação de Nota Fiscal Eletrônica

Fase do Projeto: Elaboração do projeto de implantação.

Entrega: Novembro/2008

Melhoria de Processos e automação através de metodologia BPM: Áreas de Obras, Saúde, Educação, Assistência Social e Educação.

Fase do Projeto: Mapeamento de Processos

Entrega: Entregas mensais com conclusão prevista para Novembro/2009

6.1. Pregão Eletrônico

O município passou a utilizar o pregão eletrônico em março de 2008 e em três meses de funcionamento já foi possível colher resultados muito positivos. Além da maior eficiência e agilidade, o principal benefício foi o registro da queda do preço médio pago em aproximadamente 35% nas licitações concluídas. Mas também houve o efeito colateral sobre os pregões realizados no formato presencial, que também tiveram os preços reduzidos.

O objetivo do Pregão Eletrônico é a negociação do preço dos bens e serviços adquiridos pelo setor público, por meio de procedimentos eletrônicos, com a garantia, por parte do Estado, do pagamento aos fornecedores na data de seu vencimento, ajustada no contrato. Além disso, o Pregão Eletrônico traz maior agilidade, transparência e economia aos cofres públicos.

Além da economia de recursos, e menor burocracia, é importante ressaltar o avanço da utilização do Pregão Eletrônico como fonte de realização de licitações. Entre as 42 licitações realizadas em 2008 (até maio), 27 delas (ou 64%) foram realizadas pelo pregão eletrônico contra 15 do pregão presencial.

A adoção de sistemas que buscam o aumento da eficiência administrativa, com racionalização dos recursos e a diminuição da sonegação fiscal, através dos sistemas eletrônicos de controle fiscal, reflete de forma positiva no processo de classificação do *rating* do Município.

6.2. Nota Fiscal Eletrônica

O município está preparando a gestão pública para adotar, a partir de novembro de 2008, a emissão de nota fiscal eletrônica, que visa à redução da sonegação fiscal, bem como a elevação da eficiência fiscal.

O sistema de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) está em curso de preparação pela Diretoria de Tecnologia de Informação e pela Secretaria de Finanças, com base em experiências em outros municípios. A expectativa é de que entre em funcionamento em novembro de 2008 e contribua com aproximadamente 10% de aumento na arrecadação fiscal, em virtude da redução da sonegação.

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para a substituição da sistemática atual de emissão do documento fiscal, em papel que acoberta as operações com mercadorias entre empresas, reduzindo custos, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

Benefícios

O Projeto NF-e instituiu mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo grandes benefícios para os contribuintes, para a sociedade e para as administrações tributárias como, por exemplo:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação.

A inovação efetiva no processo de arrecadação e gastos refletirá de forma positiva na classificação do *rating*, pois, como já citado nos parágrafos anteriores, essas iniciativas aumentam a eficiência da gestão da arrecadação, inibindo a sonegação e ampliando a agilidade, quanto racionaliza a gestão dos gastos, reduzindo os valores despendidos pela máquina administrativa.

6.3. Incentivos fiscais

O Município não contempla programas de incentivo fiscal. A prefeitura concede anistia fiscal para IPTU e ISS, em que o estoque da dívida é negociado em parcelamento.

7. PASSIVOS CONTINGENCIAIS

7.1. Previdência social

Os servidores de São Caetano do Sul estão submetidos ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) desde 29 de setembro de 2005, conforme promulgação da Lei nº 4.325 que determinou: "Extingue o Instituto de Previdência e Assistência Social Municipal – IPASM, Autarquia Municipal criada pela Lei nº 473, de 15 de setembro de 1954, reorganizado pela Lei nº 1.546, de 24 de fevereiro de 1967, demais Leis Complementares e dá outras providências."

Nesse sentido, é importante destacar que o Município mantém o cumprimento do Art. 195 da Constituição Federal que exige que para receber recursos federais seja preciso estar em dia com as contribuições previdenciárias. Até a presente data, o município mantinha todas as certidões em dia no CAUC-SIAFI (Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal).

7.2. Precatórios

Os precatórios são ordens de pagamento contra a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal), originadas a partir de sentenças judiciais transitadas em julgado (art. 100, Constituição Federal de 1988), constituídas em processo formado no juízo da execução, às quais não cabem mais recursos, para satisfazer o credor-exequente. Os precatórios podem ser dos seguintes tipos: trabalhistas, alimentares e não alimentares.

Os pagamentos dos precatórios são realizados seguindo as regras estabelecidas na legislação, como segue: ordem cronológica, espécie, seqüestro, pequeno valor, valor suplementar, crime de responsabilidade, prazo para liquidação, compensação tributária e intervenção federal.

Conforme o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, o saldo de precatórios em 2007 atingiu R\$ 2,87 milhões, apresentando elevação de 21,4% em relação ao ano anterior, que encerrou o exercício com estoque de R\$ 2,37 milhões. O atual valor representou apenas 0,47% da receita orçamentária de 2007. Vale destacar que em 2006 foi registrado recuo de 8% no estoque de precatórios frente a 2005.

SALDO DE PRECATÓRIOS - MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL

	2002	2003	2004	2005	2006	R\$ mil 2007
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	0,0	0,0	0,0	2.574,1	2.369,5	2.875,4
Precatórios anteriores a 5/5/2000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo de Precatórios (31/dez)	0,0	0,0	0,0	2.574,1	2.369,5	2.875,4
Varição no período	-	-	-	-	-8,0%	21,4%

Fonte: Secretaria de Finanças de São Caetano do Sul

Elaboração: Austin Rating

O fluxo de pagamentos anuais de precatórios tem sido muito positivo, no sentido de conter a evolução do estoque. Em 2007, a prefeitura pagou aos reclamantes o total de R\$ 1,76 milhão, valor 8,3% superior ao pago em 2006, que foi de R\$ 1,62 milhão. Vale destacar que a maior parcela de pagamentos de precatórios corresponde ao Município de Santo André (Lei nº 1812) e já foi quitada a quarta parcela de um total de dez parcelas anuais.

Os pagamentos dos precatórios oriundos de ações trabalhistas, bem como os alimentícios estão em dia, segundo a secretaria de finanças do município.

**FLUXO DE PAGAMENTO ANUAL DE PRECATÓRIOS
 AÇÕES DESAPROPRIATÓRIAS E OUTRAS ESPÉCIES
 MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL**

	2004	2005	2006	R\$ mil 2007
Total de pagamentos dos precatórios	1.062,5	688,1	1.624,7	1.759,8

Fonte: Secretaria de Finanças de São Caetano do Sul

Elaboração: Austin Rating

Ressalte-se ainda que, de acordo com o disposto no § 7º, art. 30 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o inciso III, art. 1º da Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal, considera-se como estoque da dívida com precatórios judiciais, a ser contabilizada na dívida fundada dos Municípios, somente aqueles emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

O não pagamento de precatórios, ou pagamento parcial do estoque em nível insuficiente para estabilizar o valor, é ponto importante na avaliação da capacidade de pagamento do Município, visto que essa prática se apóia em decisões judiciais que levam, em média, 10 anos para serem resolvidas, portanto, sem qualquer amparo de fatores técnicos concretos que justifiquem a posição do ente público quanto ao não pagamento.

Nesse sentido, vale destacar que o município de São Caetano do Sul mantém boa situação quanto à gestão do saldo dos precatórios e o fluxo de pagamento anual, fator que pesa positivamente no processo de atribuição do *rating*.

8. AVALIAÇÃO DE RISCOS

O Município de São Caetano do Sul mantém nível médio de arrecadação de receitas próprias (51,8% das receitas correntes), portanto, 48,2% da receita corrente é originária de transferências correntes – repasses realizados pela União e Estado atingiram o que mantém o município em situação de risco médio, frente aos desequilíbrios em outras esferas de governo, no que diz respeito às mudanças de diretrizes e/ou crises econômicas.

Em virtude da restrita área de extensão territorial (15 km²), diminui os espaços de áreas livres para fomentar tanto a expansão do setor produtivo no município quanto o crescimento da frota de veículos e habitações, portanto, limitando o crescimento da arrecadação própria no longo prazo.

Outro fator de risco é a concentração da arrecadação em um número pequeno de indústrias (pouco mais de 700) de grande porte, pois qualquer alteração na estratégia institucional dessas empresas que resulte na transferência da produção para outra localidade deverá pesar negativamente na capacidade de arrecadação e, por conseguinte, no processo do *rating*.

Há de se destacar também a necessidade de se concentrar esforços com investimentos voltados para o equacionamento dos problemas gerados pelas enchentes do Rio dos Meninos, que afeta o escoamento da produção em períodos chuvosos por se localizar em uma das principais saídas da cidade.

Para 2008, a expectativa é de que haja elevação tanto das receitas próprias, em decorrência da adoção de sistemas informatizados que reduzem o nível de sonegação, como, por exemplo, a Nota Fiscal eletrônica, bem como deve ocorrer aumento no nível de transferências, devido ao aumento do Índice de Participação dos Municípios.

Classificação da Austin Rating em Escala Nacional

AAA	Elevada capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco quase nulo de <i>default</i> .
AA	Forte capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco irrisório de <i>default</i> .
A	Boa capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco muito baixo de <i>default</i> .
BBB	Capacidade adequada para honrar compromissos financeiros. Risco baixo de <i>default</i> .
BB	Vulnerável no curto prazo para honrar compromissos financeiros. Risco médio de <i>default</i> .
B	Mais vulnerável às condições dos negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco alto de <i>default</i> .
CCC	Altamente vulnerável e dependente de condições favoráveis de negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco muito alto de <i>default</i> .
CC	Altamente vulnerável e enfrenta condições de negócios e econômicas adversas sem garantia de honrar compromissos financeiros. Risco altíssimo de <i>default</i> .
C	Compromissos financeiros encontram-se em <i>default</i> com perspectivas remotas de pagamento.

Os ratings de “AA” a “CC” podem conter os sinais de (+) mais ou de (-) menos para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.